

# NOVO ARIPUANÃ -AM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO  
ARIPUANÃ DO ESTADO DO  
AMAZONAS - AM

Psicólogo

**EDITAL N° 01/2022 DE  
ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

CÓD: SL-039DZ-22  
7908433230465

## Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto.....	7
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado.....	20
3. Ortografia.....	21
4. Pontuação.....	24
5. Acentuação.....	25
6. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações) .....	25
7. Concordância verbal e nominal.....	28
8. Regência verbal e nominal.....	29
9. Crase.....	29
10. Figuras de sintaxe.Processos de coordenação e subordinação. Sintaxe.....	30
11. Vícios de linguagem.....	33
12. Morfologia. Estrutura e formação das palavras Equivalência e transformação de estruturas.....	34
13. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.....	36
14. Colocação pronominal.....	38

## Matemática

1. Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas envolvendo as quatro operações. Noções de conjunto.....	47
2. Equações de 1° e 2° grau. ....	51
3. Sistema métrico decimal. Sistema de medidas legais.....	55
4. Sistema monetário brasileiro. ....	57
5. Números e grandezas direta e inversamente proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional. ....	59
6. Regras de três simples e composta. ....	61
7. Porcentagem. ....	61
8. Juros, Descontos. ....	62
9. Geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo. ....	63
10. Resolução de situações problema. Matemática.....	68

## Conhecimentos Gerais

1. Atualidades - Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet. ....	79
2. História e geografia do Brasil e do Município de Novo Aripuanã. ....	79
3. Direitos e Deveres do Funcionário Público.....	104
4. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo.....	115

## Legislação

1. Estatuto Do Servidor De Novo Aripuanã. Lei 025 de 01 de novembro de 2006.....	123
--	-----

## Conhecimentos Específicos Psicólogo

1. Código de Ética .....	125
2. A Psicologia e a Saúde: o papel do psicólogo na equipe multiprofissional de saúde.....	127
3. Saúde Mental: conceito de normalidade, produção de sintomas; Características dos estágios do desenvolvimento infantil...	128
4. Psicopatologia: aspectos estruturais e dinâmicos das neuroses, psicoses e perversões. ....	143
5. Ações psicoterápicas de grupo; Grupos operacionais. ....	144
6. Níveis de assistência e sua integração. ....	146
7. Terapia Familiar e Sistêmica. ....	150
8. Estratégias de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. ....	151
9. Doenças de notificação compulsória. ....	163
10. Resoluções CFP nº 001/99, 018/02, 007/03, 010/05 e 001/99. ....	172
11. Lei federal 10.216/2001. ....	179
12. Lei Estadual 3.177/2007.....	180
13. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal. ....	183
14. Controle social no SUS. ....	199
15. Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde. ....	202
16. Constituição Federal, artigos de 194 a 200. ....	204
17. Lei Orgânica da Saúde - Lei no 8.080/1990, Lei no 8.142/1990 e Decreto Presidencial no 7.508, de 28 de junho de 2011. ....	207
18. Determinantes sociais da saúde. ....	219
19. Sistemas de informação em saúde.....	220

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;

- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);

- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;

- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;

- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

#### **Dicas para interpretar um texto:**

- Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

- Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

- Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

- Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

- Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

- Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

#### **IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

#### **CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que elealaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

#### **IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**

##### **Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

### Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



### ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

### Importância da interpretação

Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

#### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

#### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

#### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

**OBS:** período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

**Representação Fracionária dos Números Decimais**

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros(100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0, 333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X=0,333...$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x=3,333...$$

E então subtraímos:

$$10x-x=3,333...-0,333...$$

$$9x=3$$

$$X=3/9$$

$$X=1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

Façamos x = 1,1212...

$$100x = 112,1212...$$

Subtraindo:

$$100x-x=112,1212...-1,1212...$$

$$99x=111$$

$$X=111/99$$

**Números Irracionais**

**Identificação de números irracionais**

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma  $\frac{a}{b}$ , com a e b inteiros e b≠0.

**Exemplo:**  $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$  e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

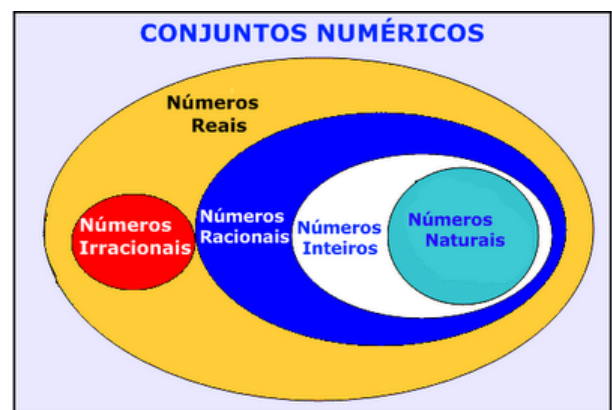
**Exemplo:**  $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$  e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

**Exemplo:**  $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$  é um número racional.

**Exemplo:** radicais ( $\sqrt{2}, \sqrt{3}$ ) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

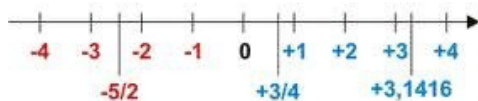
**Números Reais**



Fonte: www.estudokids.com.br

Representação na reta

**Conjunto dos números reais**



**Intervalos limitados**

Intervalo fechado – Números reais maiores do que a ou iguais a a e menores do que b ou iguais a b.



Intervalo:  $[a, b]$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$

Intervalo aberto – números reais maiores que a e menores que b.



Intervalo:  $]a, b[$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$

Intervalo fechado à esquerda – números reais maiores que a ou iguais a A e menores do que B.



Intervalo:  $[a, b[$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$

Intervalo fechado à direita – números reais maiores que a e menores ou iguais a b.



Intervalo:  $]a, b]$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$

**Intervalos Ilimitados**

Semirreta esquerda, fechada de origem b- números reais menores ou iguais a b.



Intervalo:  $]-\infty, b]$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid x \leq b\}$

Semirreta esquerda, aberta de origem b – números reais menores que b.



Intervalo:  $]-\infty, b[$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid x < b\}$

Semirreta direita, fechada de origem a – números reais maiores ou iguais a A.



Intervalo:  $[a, +\infty[$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid x \geq a\}$

Semirreta direita, aberta, de origem a – números reais maiores que a.



Intervalo:  $]a, +\infty[$   
Conjunto:  $\{x \in \mathbb{R} \mid x > a\}$

**Potenciação**

Multiplicação de fatores iguais

$2^3 = 2 \cdot 2 \cdot 2 = 8$

**Casos**

1) Todo número elevado ao expoente 0 resulta em 1.

$1^0 = 1$

$100000^0 = 1$

2) Todo número elevado ao expoente 1 é o próprio número.

$3^1 = 3$

$4^1 = 4$

3) Todo número negativo, elevado ao expoente par, resulta em um número positivo.

$(-2)^2 = 4$

$(-4)^2 = 16$

4) Todo número negativo, elevado ao expoente ímpar, resulta em um número negativo.

$(-2)^3 = -8$

$(-3)^3 = -27$

5) Se o sinal do expoente for negativo, devemos passar o sinal para positivo e inverter o número que está na base.

$2^{-1} = \frac{1}{2}$

$2^{-2} = \frac{1}{4}$

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Col nia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

### Despotismo esclarecido em Portugal

Na esfera política, a forma o do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centraliza o do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econ mico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas odeias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuir m os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no "povo" vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I "entregou" a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marqu s estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econ mica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econ micos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marqu s teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisi o a fim de desenvolver a educa o e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da explora o colonial visando libertar Portugal da dependência econ mica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas col nias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instala o de uma maior centraliza o política na colônia, com a extin o das Capit nias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

### Capit nias Hereditárias

As Capit nias hereditárias foi um sistema de administra o territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administra o para particulares (principalmente nobres com rela es com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capit nias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitânia eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capit nias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obriga es), falta de recursos econ micos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capit nias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capit nias Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitânia do Maranhão
- Capitânia do Ceará
- Capitânia do Rio Grande
- Capitânia de Itamaracá
- Capitânia de Pernambuco
- Capitânia da Ba ia de Todos os Santos
- Capitânia de Ilhéus
- Capitânia de Porto Seguro
- Capitânia do Espírito Santo
- Capitânia de São Tomé
- Capitânia de São Vicente
- Capitânia de Santo Amaro
- Capitânia de Santana

### Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capit nias hereditárias, o governo português realizou a centraliza o da administra o colonial com a cria o do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capit nias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupa o territorial oferecida pelos  ndios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a cria o de novos engenhos, a integra o dos indígenas com os centros de coloniza o, o combate do comércio ilegal, construir embarca es, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a cria o de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolu o de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organiza o dos gastos administrativos e na arrecada o dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia a es militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as a es a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupa o com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de a es ilegais em que funcionários da administra o subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebast o buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunifica o administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a cria o do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.



Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitânicas hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

### Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

#### - Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

#### - Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitânicas. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

#### Sociedade Açucareira

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.

- Escravista.

- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

#### - Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

#### Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundação e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

#### Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

#### Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.
- Maior Mobilidade Social

OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.

3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.

4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

mico proporcione ao graduando oportunidade de assumir responsabilidades e de se tornar um profissional crítico e reflexivo, capaz de compreender o contexto em que vive, além de estar comprometido com a ética e a política. Para Rué, a autorregulação, chave no desenvolvimento de aprender com autonomia, implica um sujeito atento à intencionalidade de sua ação e o questionamento a respeito de seu saber e agir ou saber/fazer.

Ao longo da história, a educação superior no Brasil sofreu um intenso processo de mudanças, transformações, acontecimentos e crises, tanto na concepção ou propósito da universidade como instituição, como em relação aos métodos de ensino. Há inúmeros questionamentos a respeito de quais devam ser os objetivos da educação superior. Oliveira chama a atenção para a tensão que existe quanto à finalidade da educação, que pode estar voltada para a ética e cidadania ou para o mercado. Nesse contexto, Rué recorda um desejo e uma queixa constante dos professores: que seus alunos sejam mais autônomos. Tal queixa está relacionada com o fato de eles não serem suficientemente ou absolutamente autônomos. Por que esses desejos não se realizam? O autor conclui que alcançar a autonomia depende, sobretudo, do desenvolvimento do potencial de autorregulação do sujeito. As referências sobre o que se espera do ambiente acadêmico para que o educando descubra seus pontos fortes, seus interesses, suas necessidades e competências na aprendizagem e para a aprendizagem, apontam para novos pilares de desenvolvimento das relações de ensino e aprendizagem. Dentre esses novos pilares, incluem-se o papel central do indivíduo que aprende no processo educativo e as relações que ele é capaz de estabelecer com aquilo que lhe é oferecido. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de desenvolver o potencial de agente de cada aluno, sua capacidade de administrar seu desenvolvimento educativo ou sua capacidade de atuar com autonomia no processo de aprendizagem.

Segundo Dias, estudos desenvolvidos por investigadores brasileiros, sobre a influência da escola no desenvolvimento da consciência moral dos alunos, indicam que o modelo educacional vigente na maioria das escolas é o heterônomo, com caráter coercitivo e uniformizante, o que não contribui para a consecução dos objetivos educacionais, que, em última análise, significam desenvolvimento de sujeitos racionais, críticos, livres e autônomos. Nessa direção, as oportunidades de assunção de responsabilidades são aquelas em que os alunos adquirem o conhecimento em situações que eles próprios tenham tido possibilidade de definir ou, ao menos, ajudar a delinear, ou seja, que pressupõem seu envolvimento. Reiman explica que, na assunção de responsabilidade, a ação precede e dá substância à conscientização intelectual (reflexão), que, por sua vez, se desenvolve a partir da assunção de responsabilidade, como em um círculo virtuoso. Na ausência de uma interação social envolvendo um novo e mais complexo papel, parece improvável que o aluno inicie as reflexões necessárias para mudanças estruturais.

O desafio proporcionado pelas atividades, porém, não é suficiente para estimular o desenvolvimento moral. Os estudantes necessitam também de reflexão dirigida, definida aqui como oportunidades de receber o adequado suporte oferecido por professores e/ou alunos mais experientes, para que se possam discutir os novos papéis, as novas experiências de aprendizagem. Desse modo, seria possível dizer que o desafio deve ser seguido ou acompanhado por um apoio, em forma de oportunidades de reflexão, aconselhamento competente ou feedback sobre problemas relacionados com o processo de aprendizagem. A expressão “ambiente de aprendizagem favorável” será utilizada aqui como referência à combinação de oportunidades de assunção de responsabilidade e reflexão di-

rigida, ou seja, de ação e reflexão. Tal ambiente implica uma abordagem não tradicional de educação, diferente daquela em que o professor é o transmissor do conhecimento e o aluno o depositário, em que as aulas são expositivas, sem possibilidades de discussão, e o valor primeiro é a memorização de conteúdo. Essa abordagem tem se mostrado ineficaz para a promoção do desenvolvimento cognitivo, em geral, e da autonomia moral, em particular.

Cabe, agora, discutir de que modo a formação do psicólogo tem cumprido seu papel de formador do profissional autônomo. Pereira e Pereira Neto propõem uma compreensão da historicidade da profissionalização da psicologia para atingir essa avaliação a respeito de como é, atualmente, a formação desse profissional. A institucionalização da formação do psicólogo ocorreu pela primeira vez em 1946. O psicólogo habilitado deveria frequentar os três primeiros anos de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer, então, cursos especializados de psicologia. Em 1957, foi iniciada a formação do psicólogo em estabelecimento de nível superior e com currículo majoritariamente dedicado à psicologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nas décadas de 1940 e 1950, o psicólogo passou a atuar, cada vez mais, nas áreas da educação e do trabalho. Em 27 de agosto de 1962, foi aprovada a

Lei n. 4.119, que regulamentou a profissão de psicólogo. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso de psicologia. Entre os anos de 1970 e 1980, existiam três grandes áreas de atuação na psicologia: educação, trabalho e clínica. Em 1988, o Conselho Federal de Psicologia fez o primeiro levantamento sobre a profissão, constatando que, nessa época, havia 58.277 profissionais inscritos (hoje esse número está quadruplicado). Segundo Dimenstein, a década de 1980 foi o momento para a inserção do psicólogo nos sistemas de saúde, já que se procuravam desenvolver serviços substitutivos ao hospital, mais eficazes e com menor custo.

Com relação à metodologia de ensino-aprendizagem, Ribeiro e Luzio e Ferreira Neto e Penna analisam como o fenômeno psicológico é contemplado nas diretrizes curriculares, portarias e documentos oficiais, ou seja, como produção social e multideterminada. Os autores identificam que a formação do psicólogo visa ao modelo clínico tradicional, em vez de uma perspectiva preventivo-comunitária. Eles reconhecem que as diretrizes aspiram a uma mudança paradigmática na formação do psicólogo, mas há problemas na operacionalização da mudança.

Bataglia realizou uma pesquisa com estudantes de psicologia e psicólogos e os resultados mostraram que a grande maioria apresentou um nível de juízo moral caracterizado pelo relativismo instrumental hedonista e pela satisfação de valores grupais. Além disso, mostraram conhecimento de um único item do código de ética dos psicólogos e, mesmo, de forma incompleta: o sigilo.

Concluiu ser urgente uma intervenção na formação dos profissionais, começando pelo curso de Ética Profissional, disciplina que tem por objetivo básico esclarecer o psicólogo acerca de seus deveres com relação a pacientes, colegas, sociedade etc. Em outra pesquisa, Bataglia levanta dados que mostram que o curso de Ética Profissional, tal como está estruturado atualmente, não leva a uma mudança significativa na competência moral dos alunos, entendida aqui como a capacidade de emitir juízos morais e agir de acordo com tais juízos. Conclui, ainda, que não só a disciplina Ética Profissional, mas todo o ambiente acadêmico deve colaborar para a construção de um profissional ético. Por outro lado, Schillinger

constata uma clara influência do ambiente acadêmico em termos de oportunidades de assunção de responsabilidade e reflexão dirigida na construção da competência moral. Em seu estudo, compara o ambiente acadêmico e a competência moral em três cursos (Psicologia, Administração de Empresas e Medicina) em universidades de três países (Suíça, Alemanha e Brasil). Nas universidades que oferecem oportunidades para seus alunos assumirem responsabilidade sobre seu processo de ensino-aprendizagem, bem como oportunidade de reflexão dirigida, percebe-se um aumento significativo no escore de competência moral. Por outro lado, em universidades em que tais oportunidades não ocorrem, há uma estabilidade ou até regressão nessa competência. Para Oliveira o estudo sobre o desenvolvimento moral dos profissionais de saúde tem demonstrado que o ensino universitário por si só não promove o desenvolvimento moral, mas que são necessários outros fatores, dentre eles um ambiente de ensino que ofereça oportunidades de desenvolvimento do raciocínio autônomo na interação com o meio.

Fonte:

BATAGLIA; P. U. R.; BORTOLANZA, M. R. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/>

**A PSICOLOGIA E A SAÚDE: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE**

No Brasil com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS, a partir do conceito de saúde como um direito da população e dever do Estado, presente na Constituição Federal de 1988 e posteriormente regulamentado através das Leis Federais 8080/90 e 8142/90 veio trazer uma nova diretriz para as políticas de saúde pública baseando nos princípios doutrinários e organizativos do SUS que são: a integralidade, a universalidade, a equidade, a hierarquização, a regionalização, a descentralização e a participação popular.

Os princípios doutrinários dizem respeito às idéias filosóficas que permeiam a implantação do sistema e personificam o conceito ampliado de saúde. Os princípios organizativos orientam a forma como o sistema deve funcionar, tendo como eixo norteador os princípios doutrinários.

Nesse caso a universalidade trouxe o conceito de acesso garantido a todas as pessoas, independente de raça, sexo, renda, ocupação, nível social ou outras características sociais ou individuais. Já a equidade funciona com um princípio norteador de justiça social, já que trata desigualmente os desiguais, investindo mais onde as necessidades da população são maiores. E a integralidade visa o sujeito como um todo, incluindo em seu conceito a promoção, prevenção, recuperação e a reabilitação popular. O Art. 200 da Constituição Federal de 1988 e dispositivos da Lei 8080/90 diz ainda que foram atribuídos ao SUS funções além das ações assistenciais, também as de vigilância epidemiológica e sanitária, saneamento básico, fiscalização de insumos, alimentos e água, proteção ao meio ambiente, formação de recursos humanos na área da saúde e desenvolvimento científico e tecnológico. Cabe-nos questionar se o Sistema Único de Saúde ainda está em fase de construção? Particularmente acredito que sim, através da prática diária de seus atores, gestores, profissionais de saúde e usuários. As falhas existem? Sim, principalmente pela dificuldade de compreensão de seu caráter substitutivo em relação ao modelo assistencialista hegemônico, com o qual ainda convive, por parte dos usuários e dos grupos interessados em manter tudo como está.

Com a introdução do Programa de Saúde da Família (PSF), em 1994, como estratégia de reorganização da atenção à saúde, destaca o trabalho em equipe como pressuposto e diretriz operacional para a reorganização do processo de trabalho em saúde. Starfield (2002) aponta que, embora o ímpeto inicial para o trabalho em equipe tenha sido aumentar o potencial dos médicos da atenção primária, cuja

oferta era baixa, outros imperativos agora estão à frente, pois o envelhecimento da população e o aumento das doenças que duram mais ou recorrem mais frequentemente têm criado a necessidade de uma abordagem de atenção primária mais ampla e qualificada, o que sustenta o movimento em relação à multidisciplinaridade. O trabalho em equipe é hoje uma prática crescente no atendimento à saúde. Segundo Chiattonne (2000) “As equipes se caracterizam pelo modo de interação presente na relação entre profissionais que pode ser interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar”. Também nos ajuda a compreender;

A interação é interdisciplinar quando alguns especialistas discutem entre si a situação de um paciente sobre aspectos comuns a mais de uma especialidade. É multidisciplinar quando existem vários profissionais atendendo o mesmo paciente de maneira independente. É transdisciplinar quando as ações são definidas e planejadas em conjunto.

Na prática, poucos são os trabalhos que contemplam essa diferenciação”. Independente do termo empregado há expectativas de que profissionais da saúde sejam capazes de ultrapassar o desempenho técnico baseado em uma única arte ou especialização. A equipe multidisciplinar vem se fortalecendo, tendo como base a crescente aceitação do modelo biopsicossocial de saúde que se refere ao bem-estar físico, mental e social, em contraste com o modelo biomédico. A organização ou mobilização de equipes está associada à complexidade da demanda diz Crepaldi (1999). Nessas situações, os profissionais se deparam com seus próprios limites e encontram nos colegas de outras formações subsídios para a compreensão e atendimento do caso em questão. No entanto Chiattonne (2000) nos revela que tal atitude não é uma conduta padrão, podendo variar conforme a tradição profissional, a característica do grupo de trabalho e o tipo de intervenção, ou seja, o trabalho em equipe traz novos desafios, exigindo competências e habilidades para o trabalho em grupo e para a justificação clara e objetiva de procedimentos técnicos pertencentes à dada especialidade. Com isso passamos a observar no contexto saúde a atuação de diversos profissionais: nutricionista orientando dietas, o fisioterapeuta prescrevendo e orientando sobre exercícios físicos, o psicólogo promovendo maior compreensão e facilitação das comunicações, além de oferecer apoio emocional e psicológico aos pacientes, entre outras atividades realizadas pelos membros da equipe multidisciplinar todos visando o bem-estar do indivíduo.

Devido ao aparecimento de novas especialidades, as equipes contam hoje com o auxílio de diversos profissionais de campos emergentes entre eles a Psicologia. Para Romano (1999) “A crescente inserção da Psicologia em equipes de saúde é hoje um fato reconhecido e vem criando oportunidades de participar mais ativamente na definição de condutas e tratamentos”. No que se refere ao papel da psicologia neste âmbito, conforme Spink (2007) o psicólogo nas ações em saúde pode desempenhar tarefas ligadas ao planejamento e gestão de trabalho, nas quais todos os profissionais devem estar envolvidos, como por exemplo, o conhecimento das demandas da região, dos recursos públicos e comunitários que esta região dispõe e o trabalho integrado com o gestor para governar